



6º Encontro Internacional de Política Social
13º Encontro Nacional de Política Social
Tema: Duzentos anos depois: a atualidade de Karl
Marx para pensar a crise do capitalismo
Vitória (ES, Brasil), 4 a 7 de junho de 2018

Eixo: Análise, avaliação e financiamento das políticas públicas.

**A INTERMITÊNCIA NA GESTÃO DOS APARELHOS PÚBLICOS:
IMPACTOS AS RELAÇÕES DE GÊNERO E NA MULHER VÍTIMA DE
VIOLÊNCIA**

Elisangela Ramos de Araújo¹
Mônica dos Santos Ferreira²
Vanessa Costa Neves de Souza³

Resumo: Este artigo se propõe a debater acerca da descontinuidade das gestões dos aparelhos públicos e sua incidência sobre os serviços públicos voltados para o atendimento às mulheres. Desta forma abordando como assunto: A fragilização dos serviços e seus impactos nas garantias dos direitos sociais, no exercício da cidadania, e a sua influência direta no exercício profissional no combate à violência e na luta pela igualdade na relação de gênero, tendo em vista a precarização do atendimento das demandas das usuárias, onde está problemática se manifesta, gerada a partir de questões políticas que atingem diretamente os serviços ofertados a população.

Palavras-chaves: Precarização; Aparelhos públicos; Gestão e gênero.

**FLASHING ON PUBLIC EQUIPMENT MANAGEMENT: IMPACTS GENDER
RELATIONS AND THE WOMAN VICTIM OF VIOLENCE**

Abstract: This article proposes to debate about the discontinuity of the management of the public apparatuses and its incidence on the public services directed to the service to the women. In this way, addressing as a subject: The weakening of services and their impact on the guarantees of social rights, in the exercise of citizenship, and their direct influence in the professional exercise in the fight against violence and in the fight for equality in the gender relation, in view of the precariousness of the response to the demands of the users, where it is problematic manifests itself, generated from political issues that directly affect the services offered to the population.

Keywords: Precariousness; Public devices; Management and gender.

¹ Bacharel em Serviço Social pela UCB. Pós-graduada em Gestão de Políticas Sociais pela Universidade Castelo Branco. E-mail: <elisramos080977@ig.com.br>.

² Mestre em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professora da Pós-graduação Lato Sensu em Gestão de Políticas Sociais da Universidade Castelo Branco.

³ Mestre em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro e professora da Pós-graduação Lato Sensu em Gestão de Políticas Sociais da Universidade Castelo Branco e docente do curso de Serviço Social da Universidade Castelo Branco. E-mail: >vanessacostans@gmail.com>.

Introdução

Este presente artigo de pesquisa elaborado a partir de observação participante em experiência profissional na área de Serviço Social, tendo por objeto de pesquisa no âmbito das políticas públicas em uma instituição pública¹ voltada para o atendimento de mulheres.

A mesma é um aparelho do Estado que atua como espaço de empoderamento, capacitação, e interação para mulheres, a fim de instrumentalizá-las através das políticas de proteção, assistência e direitos sociais; bem como igualmente trabalha como porta de entrada às mulheres vítimas de violência doméstica. A instituição objetiva-se no acolhimento e encaminhamento dessas mulheres aos demais aparelhos específicos de suporte à mulher vítima de violência no Município do Rio de Janeiro.

Esta instituição está vinculada administrativamente a subsecretaria municipal de Políticas para Mulheres e a Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos do Município do Rio de Janeiro (SMASDH), entretanto este equipamento é coordenado em cogestão com uma Organização Não Governamental, tendo esta pautada a sua atuação sob a cobertura de Políticas Públicas Sociais.

Em virtude de sua característica de atendimento assistencial manifesto através dos serviços prestados pela instituição, neste será debatido como problema **a intermitência na gestão dos aparelhos do Estado**. Visto a constância deste fenômeno na esfera pública, vem se neste debater as suas reais implicações junto ao trabalho técnico profissionalizado, a qualidade de serviços prestados e sua continuidade em atendimento das demandas da população pauperizada, a qual aguarda da esfera gestão pública o retorno de seus investimentos recolhidos através de seus impostos.

Sendo assim ainda neste sentido, busca se através deste **analisar como a fragilização dos serviços públicos se manifesta na política social em função da descontinuidade de gestão**, tendo em conta a pertinência do papel social a ser desempenhado pela instituição, vem se ainda neste **verificar de que forma a inversão**

¹ Por consequência de processo administrativo - SMASDH (SIMAS/GDEP) a instituição utilizada como objeto de pesquisa não poderá ser citada neste presente artigo.

das políticas públicas em políticas de governo incidem sobre a prestação dos serviços institucionais.

Neste buscou-se ainda **investigar de que forma a gestão personalizada influência sobre o trabalho técnico profissional**, a fim de compreender como se dá o desenvolvimento laboral no ambiente do trabalho em virtude da gestão. Sob a mesma égide tem se ainda por objetivo **averiguar como a fragilização da prestação de serviços incidem sobre as usuárias dos serviços públicos**, visto a função social qual a instituição se propõe em seu projeto.

Desenvolvimento

A gestão em xeque: as influências sobre as políticas sociais a partir das interferências e discontinuidades.

A gestão de políticas públicas é um assunto de demasiada importância em virtude da abrangência de sua área que envolve a política de assistência social.

É preciso entender por que, principalmente nestas últimas duas décadas, tem-se debatido mais intensamente o tema da gestão das políticas sociais. A importância que vem sendo atribuída ao debate sobre a organização e gestão das políticas sociais pode ser apreendida por meio de diferentes ângulos de análise, mas certamente relaciona-se às profundas transformações que se processam velozmente na sociedade capitalista contemporânea, e cujas interpretações desafiam intelectuais, pesquisadores, profissionais, gestores e todos os sujeitos investidos de algum nível de responsabilidade pública (RAICHELIS, 2009, p. 3).

As políticas de caráter social historicamente desde a implantação do Estado de Bem-Estar Social no Brasil são utilizadas quanto políticas de governo quanto a isto, não há dúvidas. Na década de 1930, no então governo Getúlio Vargas, as políticas sociais eram utilizadas quanto políticas de promoção de governo através do paternalismo (NETTO, 1990).

Desde então o que se vê a partir dessa época é a continuidade deste perfil de gestão político-governamental, voltados mais para promoção de governos e menos para promoção social.

Em observação ao retrato social do Brasil contemporâneo, pode-se notar que a partir deste período de 1930 a reprodução desta forma de gestão se desdobrou desde a centralidade de governo na esfera da União até as demais instancias de governo devido à descentralização de poderes e do pacto federativo.

Deste mesmo modo este modelo de gestão político - governamental fora igualmente reproduzido durante o período negro de 1964 á 1985 onde os governos eram regidos pelo Estado Novo, as políticas sociais tiveram seu desenvolvimento como forma de controle social, desta forma o Estado Novo gerenciava as políticas sociais no sentido de atender seus próprios interesses em virtude da manutenção do regime.

As políticas públicas sociais tiveram então um novo destaque no cenário nacional durante o período de transição democrática de 1985 á 1988, onde os movimentos sociais se articularam em busca de políticas publicas efetivas e igualitárias, suas conquistas foram refletidas a partir da CF¹/ 88, que ficou conhecida como Constituição Cidadã.

Em virtude disto desde a CF/ 88 onde se promulgou autonomia de gestão das políticas públicas no âmbito municipal, percebe-se a fragilização dos serviços em função da descontinuidade de gestão no que diz respeito à política de assistência, esta absorveu o perfil de moeda de troca nas articulações político partidária.

Isso se traduziria na interrupção de iniciativas, projetos, programas e obras, mudanças radicais de prioridades e engavetamento de planos futuros, sempre em função de um viés político. [...] gestores que vêm e vão ao sabor das eleições (NOGUEIRA, 2006, p.13).

Neste sentido destaca-se a intermitência das gestões nos aparelhos públicos municipais, visto que estas constantes nomeações e exonerações de gestores podem afetar diretamente a qualidade dos serviços públicos, bem como se pode correlacionar a este processo a baixa qualidade na prestação destes serviços, segundo a despreocupação quanto ao compromisso de avaliação da capacidade dos nomeados em virtude de seu posto. Ou seja, neste debate-se as condições de aptidão e capacitação técnica para o exercício de cargos e funções em detrimento das necessidades da população, a fins de favorecimentos nas relações políticos partidárias.

¹ Constituição Federal de 1988.

Destaca-se também neste as animosidades entre os profissionais técnicos e os gestores provocada por esta constante descontinuidade qual não permite o entrosamento entre os profissionais, a percepção que se tem disto é de na realidade uma ingerência institucional, desta forma o papel social da instituição se dilui e a mesma perde credibilidade social. Diga-se que igualmente esse descrédito também se reflete sobre os profissionais ali lotados.

Desprezando-se considerações sobre possíveis qualidades ou méritos que tenham as ações descontinuadas. Como consequência, tem-se o desperdício de recursos públicos, a perda de memória e saber institucional, o desânimo das equipes envolvidas e um aumento da tensão e da animosidade entre técnicos estáveis e gestores [...] (NOGUEIRA, 2006, p.13).

Outra questão inerente à intermitência de gestão manifesta-se diretamente na gerência que tende a implantar seu perfil de trabalho nas instituições, sem mesmo realizar antes um levantamento em avaliação dos programas, projetos ou mesmo dos serviços ofertados a fim de analisar o que está funcionando, ou seja, alcançando os objetivos e o que realmente necessita ser alterado para que os objetivos sejam alcançados.

A descontinuidade administrativa é revelada na interrupção de obras, projetos e programas quando ocorre na mudança de gestão no setor público, seja na esfera federal, estadual ou municipal [...]. Infelizmente prática corrente no setor público, a descontinuidade administrativa é responsável por desperdício de dinheiro público. Ao ser administrada por novas chefias, as quais impõem seus métodos de trabalho, novas idéias e princípios (ou nenhum princípio...) o serviço público muda de feição a cada novo gestor público (TAIT, 2004, p. 1).

Sendo assim em busca de apoio de alianças para governar, os governos municipais responsáveis pelo atendimento de atenção básica, arriscam com isso a qualidade de prestação de serviços nos aparelhos públicos, inviabilizando desta forma o acesso dos usuários ou mesmo ofertando serviços de forma precarizada.

Neste sentido pode igualmente se questionar a sobre esta fragilização em virtude da terceirização dos serviços públicos através da cogestão com ONGS¹, OS² E OSCIPS³, onde igualmente se reflete no processo contratual a problemática de indicações para cargos de gestão. Então após a implantação do projeto do plano diretor

¹ Organizações não governamentais.

² Organização Social.

³ Organização da Sociedade Civil de Interesse Público.

da Reforma do Aparelho do Estado que segue a dinâmica da reestruturação do capital e do projeto neoliberal no Brasil a gestão de políticas assistenciais tornou-se sua maioria submetida ao terceiro setor.

Ciente que os mesmos sofrem influências no que se refere ainda a predominância das alianças geridas por idealismos político-partidários, a submissão do terceiro setor têm em conta a manutenção de seus convênios e parcerias de forma contínua independentemente de mudanças governamentais.

Percebesse então que:

Mesmo representando um modelo de apoio a gestão, muitas organizações têm implantando controles sem qualquer critério técnico, transformando aquilo que deveria colaborar estrategicamente com os seus objetivos em um ponto de limitação e enfraquecimento (MOREIRA, et al., 2010, p. 3).

Deste modo compreendesse que a descontinuidade administrativa interfere e fragiliza diretamente os serviços públicos pode-se considerar a este como manifestações de fenômeno que tem afetado diretamente às políticas sociais, sendo estes correlatos entre si. Como tal como o mencionado anteriormente acima.

A influência da gestão sobre o trabalho profissional do serviço social, na defesa da igualdade de gênero e sobre a mulher vítima de violência

A descontinuidade das gestões, oriundas de interesses políticos incidem diretamente sobre o exercício profissional do assistente social, impactando assim nas formas de intervenção por ele propostas e nas ações articulada interdisciplinarmente na em rede de atendimento que se objetiva responder as demandas locais. Isto gera uma descontinuidade não somente relativa ao âmbito da gestão, mas também sobre a equipe técnica, a todo o processo de trabalho construído, prejudicando desta forma o planejamento e a efetividade desses serviços em longo prazo.

Pois, se entende que para a realização de um trabalho interventivo do qual atinja metas e objetivos propostos, é necessário um determinado período de tempo que seja suficiente para a apreensão sobre as reais demandas dos usuários e conhecimento da realidade local e social.

Sem essa continuidade do trabalho os serviços tornam-se precarizados, pontuais e emergenciais, o que acarreta na não criação de vínculos com a população atendida, fragilizando deste modo um trabalho que permita a identificação dos direitos que lhe são fundamentais para que haja o acesso aos mesmos, pois quando o profissional começa a adentrar nas questões locais este logo vê seu trabalho reduzido, limitado diante das mudanças políticas na gestão, o que provoca neste profissional insegurança e apreensão quanto sua instabilidade no âmbito do trabalho.

O que o obriga a estar sempre se adaptando e readaptando a tais transições impostas nas esferas estatais, exigindo do mesmo a sua adequação conforme as mudanças políticas e as suas ideologias impostas, o que pode gerar conflitos institucionais, tendo em vista que o profissional busca estar pautado em seu código de ética profissional, o qual ocasiona os embates diretos com as inconstâncias das ideias governamentais. O que concorda com MONTAÑO (2007),

Vale dizer, se o assistente social surge como um profissional necessário para implementar um instrumento estatal (as políticas sociais) considerado fundamental a uma determinada estratégia, promovida pelos setores hegemônicos, de legitimação do sistema e de aumento da acumulação do capital e se estas perdem paulatinamente a importância que tinham, dadas as variações atuais na estratégia daquelas classes hegemônicas, então estes profissionais poderão ir passando a ser cada vez mais prescindíveis, menos necessários. Seu campo de trabalho na esfera estatal vai se reduzindo. Assim, as alterações nas políticas sociais dentro do contexto neoliberal não somente são prejudiciais as classes populares, beneficiárias de tais mecanismos, como também repercutem negativamente no (des) emprego do assistente social (MONTAÑO, 1997, p. 12).

Ressalta-se que o aparato estatal é um dos maiores empregadores dos assistentes sociais, entretanto diante do atual panorama que tange o âmbito, político, social e econômico o ideário neoliberal vem se fortalecendo e impondo retrocessos ao qual resulta na descaracterização das propostas das políticas públicas e seus reflexos atinge exatamente as instituições empregadoras (BEHRING; BOSCHETTI, 2011).

Devendo-se isto ao processo de contrarreformas que traz a desvinculação do poder público com os princípios democráticos, ressaltando que os avanços constitucionais de 1988 veem sendo restringidos em vista do Estado voltar-se para atender as necessidades de produção e reprodução do capital.

Isto certamente gera desafios ao Serviço Social tendo em vista o enfrentamento das expressões da “questão social”¹, trazendo ao profissional uma condição de submissão a uma relação de vínculo empregatício frágil, que acaba por ser tornar temporário, rotativo, sem perspectivas de estabilidade. Essas mudanças refletem o atual contexto neoliberal que de fato insere suas concepções ao mercado de trabalho ao qual não somente atinge o âmbito privado, mas também o estatal precarizando tanto os trabalhos como os serviços públicos.

A esfera da produção é palco de intensas transformações e reestruturações. Afirmam-se as condições estruturais do capitalismo global financeirizado e o fabuloso desenvolvimento tecnológico e informacional, que promovem intensas mudanças nos processos e relações de trabalho, gerando terceirização, subcontratação, trabalho temporário, parcial e diferentes formas de precarização e informalização das relações de trabalho, para citar apenas algumas das profundas mudanças em curso na esfera da produção e no mundo do trabalho (RAICHELIS, 2009, p. 6).

Além disso, com o crescente aumento das desigualdades sociais, resultantes dessa nova ofensiva do capital, isto implica na sobrecarga do trabalho dos assistentes sociais onde o mesmo acaba por vezes caindo no tarefismo, às demandas tornam-se numerosas para o atendimento diante do baixo número de profissionais atuantes, ressaltando que o Estado busca reduzir o quadro profissional a fim de manter a lógica neoliberal de máximo para o capital e mínimo para o social, sendo assim seus meios de trabalho tornam-se reduzidos diante da ausência de recursos.

Como mostram os autores, há uma sobrecarga do exercício profissional, com o aumento do número de atendimento por cada assistente social, precarizando as condições de trabalho e qualidade do serviço criando o ‘tarefismo’ profissional (MONTAÑO, 2002, p. 255).

Portanto mesmo diante disto é importante ressaltar que isto não inviabiliza totalmente o trabalho profissional, para tanto é necessário que o profissional

¹ A questão social surge a partir da contradição capital x trabalho, durante o contexto de fortalecimento do sistema capitalista, desta forma a mesma é o conjunto de expressões sociais que evidenciam as desigualdades oriundas do sistema de produção e reprodução do capital.

use da sua presença nesses espaços a fim de se articular junto às camadas subalternas fortalecendo sua relação com estas.

É se apropriando desses espaços que o profissional pode usar do mesmo para resistir e intermediar as relações articulando-se com a sociedade civil mesmo que diante de interesses tão antagônicos, isto equivale a dizer que a atualização teórica, sistemática são fundamentais para que este não caia no fatalismo ou no messianismo, pois ambas as situações não permitem ao mesmo pensar em mudanças mas ou gera conformação ou um profissional que busca para si dar conta de toda essa problemática que vai muito além do seu próprio exercício.

A afirmação de um perfil profissional propositivo requer um profissional de novo tipo, comprometido com sua atualização permanente, capaz de sintonizar-se com o ritmo das mudanças que presidem o cenário social contemporânea em que ‘tudo que é solido desmancha no ar’ (IAMAMOTO, 2012, p. 145).

Portanto deve-se buscar aproximação como já mencionado, junto aos usuários a fim de que o profissional mantenha-se de acordo com seu projeto ético político fortalecendo assim a troca de saberes, promovendo o acesso aos direitos e incentivando a luta popular para que estes não sejam ainda mais inviabilizados, mas sim promova o exercício da cidadania aos detentores da mesma.

Igualmente diante de toda essa discussão o trabalho do Serviço Social no que tange o atendimento á mulheres vítimas de violência exige exatamente do profissional conhecimento para elaborar propostas que atenda a esta camada especifica, promovendo a mudança da concepção imposta pela sociedade de que a mulher deve ter seu papel subjugada à figura masculina, sendo esta ideia incentivada e perpassada por uma sociedade conservadora e patriarcal, ao qual se reconhece na figura do homem o provedor de sustento que detém total poderes sobre sua companheira e isso se estende a prática de violência doméstica que acaba sendo para o homem uma forma de mostrar esse poder fortalecendo esse papel social que lhe é atribuído, conforme citado abaixo,

A violência de gênero emerge de relações estruturalmente desniveladas, assimétricas entre homens e mulheres, que adquiriu variadas formas ao longo da história, fixando papeis, status, lugares e poderes desiguais na família, no trabalho, na política, etc. Gênero é uma categoria que tem sido normalmente usada para descrever as relações homem e mulher, onde são naturalizadas as atribuições sociais, convertendo diferenças em fontes de desigualdade e dominação, que podemos denominar de “patriarcal”. O poder patriarcal

erguesse e apoia-se, assim, na desigualdade entre os gêneros masculino e feminino, que além de se manifestar em diversas esferas sociais, incide sobre o corpo e a sexualidade da mulher. Historicamente quando as mulheres ultrapassam os papéis sociais que as são determinados, o poder patriarcal é, direta ou indiretamente, contestado ou ameaçado. Como resposta é comum surgirem situações de violência física e/ou psicológica (VELLOSO, 2013, p. 18).

A violência de gênero não é algo relativamente novo, deste os tempos antigos o papel da mulher sempre foi interligada a imagem de submissão o que abria margem para essa prática, entretanto, as mudanças trazidas com o começo das discussões relativos a este assunto surgem a partir dos avanços constitucionais que trazem uma série de direitos que visa a proteção da mulher diante da violação de seus direitos fundamentais.

Isso tornar-se possível principalmente com o avanço das normas relativas aos direitos humanos e do movimento feminista, logo do ponto de vista legal esse ato é normatizado com a elaboração de uma lei que será essencial para o combate à violência contra a mulher, sendo esta a Lei nº 11.340/2006, a já conhecida lei Maria da Penha.

A partir desses avanços surge então uma rede de aparelhos voltados para o atendimento das mulheres, tais como: delegacias de atendimento á mulher (DEAM); centrais de atendimento á vítimas de violência, na criação de Juizados Especiais de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher, de centros de cidadania que visem a emancipação da mulher e demais políticas públicas e decretos que articula a ação conjunta dos poderes judiciário, executivo e legislativo.

Entendendo a violência contra a mulher como uma das expressões da questão social, logo os assistentes sociais são requisitados para atuarem nesses aparelhos a fim de criar ações que combatem a violência seja ela física, psicológica ou social que são atribuídas as usuárias atendidas.

Tendo apropriação de conhecimento das medidas de proteção e políticas voltadas para a mesma, os profissionais se articulam junto às instituições que integram toda a rede de proteção, sendo que o trabalho do Serviço Social nestes volta-se para orientação de direitos utilizando-se de seus instrumentos técnicos como entrevistas, visita domiciliar, trabalho em grupos a fim de fortalecer socialmente o papel dessas mulheres para que as mesmas tenha acesso aos direitos que lhe protejam e resulte na emancipação destas.

No que concerne a dimensão ético-política, os profissionais trabalham orientando as mulheres a pensar e refletir sobre seu papel na sociedade e sobre seus direitos, buscando, dessa forma, se inserir na luta por políticas sociais que efetivamente atendam as mulheres vítimas de violência e não apenas dêem soluções paliativas. O próprio Código de Ética da profissão é um marco, que orienta ainda a postura que o profissional deve ter com seus usuários (VELLOSO, 2013, p. 49).

Conforme já discutido em meio a avanços legais inicia-se o processo de retrocessos aos quais atingem diretamente os serviços ofertados as usuárias vítimas de violência, isto tornar-se um desafio para o Serviço Social, pois incide também no atendimento das usuárias e de suas demandas.

Um dos maiores desafios para os assistentes sociais no combate a violência é construir uma efetiva rede de atendimento interdisciplinar, considerando essa como a articulação das ações entre as instituições e seus profissionais, que possam efetivamente amparar as vítimas da violência. E, claro, as dificuldades não ficam apenas no âmbito da assistência. Os serviços disponíveis, tanto na saúde, como na assistência e a segurança pública, atendem com déficit as mulheres vítimas de violência (VELLOSO, 2013, p. 49).

Portanto as trocas de gestões além de fragilizar os serviços, enfraquecendo assim o trabalho realizado ao qual afasta cada vez mais as mulheres vítimas do acesso aos seus direitos, essa fragilização inicia-se desde quando a mulher não consegue por meio de encaminhamentos obter acesso aos serviços de saúde, na efetivação das denúncias nas delegacias ao qual ainda são tratadas com preconceito por parte de alguns servidores públicos, assim bem como pela burocracia imposta para o acesso a benefícios sociais entre outros.

Também afeta no sentido que de essas mulheres necessitam de acompanhamento sistemático, considerando que o contexto de violência sofrido acarreta em diversas consequências como psicológicas, sociais, financeiras, rompimento de vínculos entre outras.

Sendo assim quando esse acompanhamento é interrompido pela troca de equipe técnica que trabalha juntamente as usuárias, depois de já estabelecido o vínculo institucional e profissional logo isto gera desconfiança no funcionamento dos serviços de proteção e até mesmo no abandono do acompanhamento o que pode acarretar no retorno da mulher a sua condição anterior, tendo em vista que a vítima já chega a estes aparelhos em situação fragilizada, desta forma fazê-la confiar no funcionamento destes

serviços demanda tempo para que estas possam conseguir comunicar seus anseios e dificuldades.

E é esse contexto de desconstrução que vem se impondo o retrocesso das políticas de proteção voltadas a essas usuárias servindo somente como forma de controle social por parte de uma rede que por encontrar-se fragilizada, atua emergencialmente e desta forma não consegue efetivar um trabalho contínuo, prontamente o combate à violência acaba por ser frágil exatamente por essas mulheres não encontrarem o apoio que necessitam e por não serem acobertadas pelos serviços que lhes são essenciais.

Para tanto é importante que exista uma proposta de articulação do Serviço Social junto com os usuários para que seja estabelecida uma gestão participativa, o que possibilitaria uma abertura para que estas usuárias sejam ouvidas e deem sua contribuição ao funcionamento dos serviços, é necessário que exista uma preocupação por parte dos gestores com a população atendida afinal são eles que usufruem os serviços e melhor do que qualquer um podem indicar com presteza como se dá o funcionamento destes e desta forma melhorar a prestação da qualidade dos mesmos.

Portanto reafirma-se que a articulação é necessária para que haja consciência política dos detentores dos poderes públicos, reconhece-se que neste ponto o assistente social torna-se fundamental, mesmo que não detenha todos os recursos necessários, considera-se que nada o impede de trabalhar de forma propositiva a fim de incentivar os usuários na sua consciência cidadã para que as mudanças ocorram a partir da movimentação social dos mesmos e que desta forma mantenha-se a luta coletiva em prol de mudanças nas gestões públicas (IAMAMOTO, 2012).

Conclusão

Em conclusão deste considera-se que a política social no Brasil passa por constantes processos de desconstrução em virtude não só apenas da influência do contexto neoliberalista, pode-se somar a este quanto fator agravante a intermitência na gestão pública e o desinteresse político.

Em função deste processo de descontinuidade de gestão os aparelhos públicos tornam-se que como objeto reprodutor naturalista do domínio da hegemonia burguesa, ou seja, sua característica se perpetua na configuração dos direitos quanto

benesse e da assistência quanto assistencialismo, situação esta que é amplamente sustentada pelas políticas de governos e pelos ideários político-partidário.

Sendo assim os usuários dos serviços públicos atendidos pelas políticas sociais são continuamente levados a reproduzir este pensamento em forma de aceitação, desta forma não há questionamentos quanto às condições coligadas a gestão e a qualidade dos serviços prestados à população pauperizada.

A gestão participativa, o controle social e a apropriação dos espaços públicos institucionais são pontos cruciais para a efetivação e mudanças deste contexto, ou seja, em provocação de rompimento com a continuidade da ideia do clientelismo político partidário em solução aos problemas manifestos através da questão social e de suas múltiplas expressões.

É necessário que a participação popular junto às esferas de governo, seja estimulada e principalmente quanto ao neste tratado, ou seja, no município do Rio de Janeiro, isto colaborará profundamente para com a transformação societária deste, sem que haja a interferência de adendos alheios e externos em cujos interesses sejam de origem particular. É necessário que para isto seja utilizado quanto instrumento desta mudança às próprias políticas públicas e as políticas sociais em formas de apropriação popular.

Compreende-se desta forma que uma gestão eficiente é aquela que se compromete com este processo ao estímulo participativo, acredita-se que é através dos aparelhos institucionais em seu agir como células reprodutoras de transformação social de educação na formação da conscientização política de seus usuários, bem como da apropriação dos direitos e deveres referente à cidadania, que se poderá alcançar a autonomia e emancipação popular no sentido amplo, isto independentemente de qualquer articulação voltada à defesa de ideários políticos partidários.

Embora essa realidade de gestão participativa ainda não ocorra com frequência nas instituições públicas, mas se amplamente efetivada certamente evitariam as trocas de gestão por parte de acordos políticos, visto que o usuário também além de cidadão é eleitor e tendo compreensão de que o fato de poder participar das decisões políticas colocaria em xeque os fatores prejudiciais que esta descontinuidade provoca e o prejuízo causado ao exercício da sua cidadania na garantia e efetivação de seus direitos, bem esta nova postura provocaria um controle sobre recursos e gastos públicos.

Conclui-se que a atuação do Serviço Social, mesmo diante desta realidade, deve trabalhar necessariamente em prol de fortalecer a presença destas mulheres nos espaços públicos, pois é através da sua ocupação destes qual se permite que o embate da luta de classes torne-se equilibrado, sendo este provocado através do pleno exercício da cidadania em garantia do acesso aos direitos, e para que desta forma haja resistência continua e firme frente ao viés neoliberal que propaga o desmonte dos princípios democráticos e da universalidade das políticas públicas e das políticas publicas sociais, e assim permita abrir margens reais para transformação social estruturada em qual objetiva projeto ético político da profissão “Serviço Social” que busca a equidade social.

Referencias

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social: fundamentos e história**. São Paulo: Cortez, 2011.

BRASIL. **Código de ética do/a assistente social. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão**. 10. ed. rev. e atual. Brasília (DF): Conselho Federal de Serviço Social, 2012.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e [...] a Lei de Execução Penal; e dá outras providências**. Brasília (DF), 2006.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999. Dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, institui e disciplina o Termo de Parceria, e dá outras providências**. Brasília (DF), 1999.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998. Conversão da MPv nº 1.648-7, de 1998. Dispõe sobre a qualificação de entidades como organizações sociais, a criação do Programa Nacional de Publicização, a extinção dos órgãos e entidades que menciona e a absorção de suas atividades por organizações sociais, e dá outras providências**. Brasília (DF), 1998.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 8.662 de 7 de junho de 1993. Dispõe sobre a profissão do Assistente Social e dá outras providências**. Brasília (DF), 1993.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília (DF), Senado Federal, 1988.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

- IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2007.
- MONTAÑO, Carlos. **terceiro setor e questão social**: crítica ao padrão emergente de intervenção social. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2002.
- MONTAÑO, Carlos Eduardo. O Serviço Social frente ao neoliberalismo: mudanças na sua base de sustentação funcional-ocupacional. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo: Cortez, n. 53, 1997.
- MOREIRA, Carlos Henrique de Azevedo. et. al. Políticas Públicas de Governo Eletrônico: Uma análise das práticas de controle e avaliação na gestão de convênios das entidades privadas sem fins lucrativos com o governo federal. In: CONGRESSO CONSAD DE GESTÃO PÚBLICA, 3., 2010, Brasília (DF). **Anais...** Brasília (DF), 2010.
- NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social**: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. São Paulo: Cortez, 1990.
- NOGUEIRA, Fernando do Amaral. **Continuidade e descontinuidade administrativa em governos locais**: fatores que sustentam a ação pública ao longo dos anos. 2006. 139f. Dissertação (Mestrado em Administração Pública e Governo)–Escola de Administração Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2006. Disponível em: <<https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/2423/53706.pdf>>. Acesso em: 15 nov. 2017.
- RAICHELIS, Raquel. O trabalho do assistente social na esfera estatal. In: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL; CONSELHO REGIONAIS DE SERVIÇO SOCIAL. **Serviço Social**: direitos sociais e competências profissionais. Brasília (DF): Associação Brasileira de Pesquisa e Ensino em Serviço Social, 2009.
- TAIT, Tania Fatima Calvi. **A descontinuidade administrativa no Setor Público**. [S.l.], 2004. Disponível em: <<http://www.din.uem.br/~tait/Continuidade-adm.pdf>>. Acesso em: 18 nov. 2017.
- VELLOSO, Bruna Fraga. **A violência contra a mulher no município de rio das ostras e a atuação da casa da mulher**: analisando percalços, limites e potencialidades. 2013. 134f. Trabalho de Conclusão de Curso (graduação)- Universidade Federal Fluminense, ao Pólo Universitário de Rio das Ostras, Faculdade Federal de Rio das Ostras. Rio das Ostras, 2013. Disponível em: <<http://www.puro.uff.br/tcc/2012-2/Bruna%20Braga%20Veloso.pdf>>. Acesso em: 16 nov. 2017.